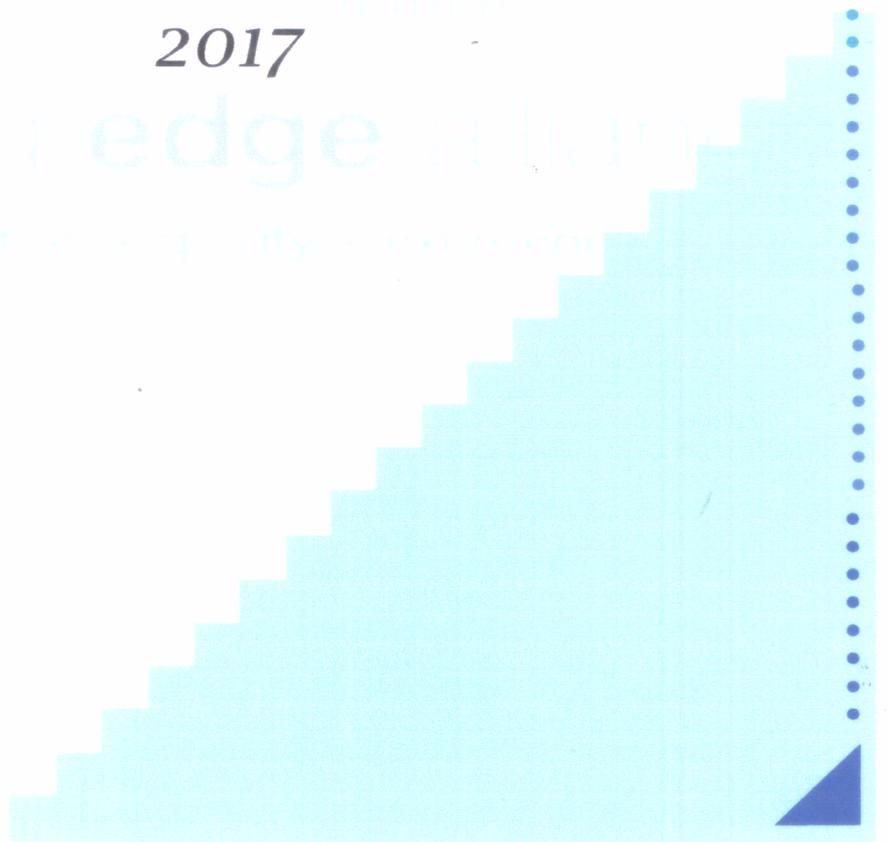


irs

Instituto Rogerio Steinberg

*Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis de
2017*



www.binahauditores.com.br

BINAH Auditores – Rio de Janeiro
Rua Visconde de Inhaúma, 134 salas 1022/23
Centro – RJ – CEP: 20.091-007
Tel: +55 21 2253-5443

BINAH Auditores – São Paulo
Rua Estela, 515 – Bl C – 14º Andar – Cj. 142
Vila Mariana – SP – CEP: 04.011-002
Tel: +55 11 5087-4899



Relatório dos Auditores Independentes das
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

CONTEÚDO:

- 1) Relatório dos auditores independentes.
- 2) Relatório de avaliação dos controles internos e procedimentos contábeis.
- 3) Demonstrações contábeis de 2017 comparadas com 2016:
 - Balanço patrimonial – Ativo e Passivo
 - Demonstração do resultado
 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 - Demonstração do fluxo de caixa
- 4) Notas explicativas das demonstrações contábeis de 2017 comparadas com 2016.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores

Membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva do
Instituto Rogerio Steinberg

Opinião

Examinamos o balanço patrimonial do Instituto Rogerio Steinberg em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima citadas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto Rogerio Steinberg em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, das mutações em seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC aplicável às empresas sem finalidade de lucro, através da NBC ITG 2002 (R1).

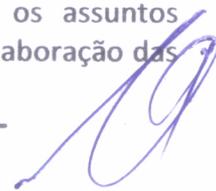
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das



citadas demonstrações, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram examinados por outros auditores.

Apesar de demonstrado na Nota Explicativa nº 4, não foi contabilizado o trabalho voluntário, inclusive dos membros da administração, como disposto no item 19 da NBC ITG 2002 (R1).

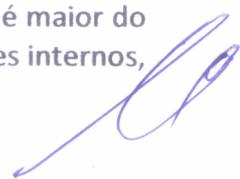
Seu patrimônio equivalente a 42,86% do ativo, cuja existência e valorização foram confirmadas e estão ao valor de custo, pois a Entidade não procedeu a sua avaliação a valor justo de mercado, como autorizado pela NBC TG 1000 (R1), item 35.10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09 e atualizada em 01/11/2016, e nem pela NBC TG 37 (R4), modificada em 23/10/15, que permitiu a adoção da avaliação em 2016.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, poderão ficar livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

→ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nos balancetes, se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,



conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais e que independentemente desse fato, por omissões ficamos impossibilitados de opinar sobre sua adequação.

→ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto Rogerio Steinberg.

→ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas concluindo pela razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

→ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

→ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo dos balancetes se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2018.

Binah Auditores Independentes
Membro da Leading Edge Alliance
CRC RJ 005.414/O-0



Fiore Capece – CNAI n° 353
Sócio – Responsável Técnico
Contador CRC SP 053160/O-0-T-RJ

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2018.

Ilmos. Senhores
Membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva do
Instituto Rogerio Steinberg

Relatório de avaliação de procedimentos contábeis e de controles internos

Prezados Senhores

Tendo recebido os balancetes de 2017 como também avaliado os sistemas de controle e de procedimentos contábeis adotados nos compete recomendar:

1 Providenciarem a **valorização de seu patrimônio pelo valor de uso e a depreciação pela sua vida útil remanescente, etiquetando numericamente cada bem, a fim de facilitar sua localização nos inventários, pelo menos anualmente. Referimo-nos aos 42,86% abaixo:**

	Aquisição	Depr. Acumul	Líquido	
Móveis e Utensílios	60.898,16	- 30.765,21	30.132,95	
Equipamentos Proce Dados	74.154,19	- 55.101,01	19.053,18	
Sistema de Processamento de Dados	142.242,22	- 85.382,60	56.859,62	
Imobilizações Diversas	3.120,00	- 1.092,00	2.028,00	
Instrumentos Musicais	7.797,70	- 2.666,50	5.131,20	
Materiais Educacionais	35.437,71	- 6.429,94	29.007,77	
SOMA	323.649,98	- 181.437,26	142.212,72	42,86%
ATIVO			331.837,67	100,00%

2 Devem contabilizar o trabalho voluntário, inclusive dos membros da administração, para atender o item 19 da NBC ITG 2002 (R1).

Era o que nos competia relatar.

Binah Auditores Independentes CRC RJ 005.414/O-0
Membro da Leading Edge Alliance

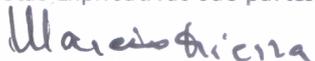


Fiore Capece – CNAI nº 353
Sócio – Responsável Técnico
Contador CRC SP 053160/O-0-T-RJ


irs
 Instituto Rogerio Steinberg

BALANÇO PATRIMONIAL	(EM R\$ 1,00)	
	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO	296.585	275.020
ATIVO CIRCULANTE	154.372	91.601
CAIXA	4.000	4.000
BANCOS C/ MOVIMENTO	150.112	79.451
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-
OUTRAS CONTAS	260	8.150
ATIVO NÃO CIRCULANTE	142.213	183.419
IMOBILIZAÇÕES	142.213	183.419
PASSIVO	296.585	275.020
PASSIVO CIRCULANTE	149.353	159.267
FORNECEDORES	16.339	11.897
TRIBUTOS E CONTRIB. A RECOLHER	26.798	28.542
OUTRAS CONTAS A PAGAR	25.362	28.429
PROVISÃO P/ FÉRIAS	80.854	90.399
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	147.232	115.753
SUPERÁVIT/DÉFICIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	115.753	83.265
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	31.479	32.488

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis


 Marcio Vieira

Diretor Vice Presidente
 RG 1.824.740 - IFP
 CPF: 206.577.907-10


 Eldo Menezes de Almeida

Contador
 CRC-RJ 59516/O-9
 CPF: 733.790.777-04

irs

Instituto Rogerio Steinberg

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS		Em R\$ 1,00	
	31/12/2017	31/12/2016	
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	2.006.590	2.039.404	
DOAÇÕES DESTINADAS A PROJETOS ESPECÍFICOS	-	259.200	
<i>PM do RJ - Secr Mun de Desenv Social</i>	-	259.200	
DOAÇÕES DESTINADAS AOS PROJETOS DESPERTANDO E DESENVOLVENDO TALENTOS	1.956.066	1.688.771	
<i>Doações de Pessoas Físicas</i>	31.671	73.918	
<i>Doações de Pessoas Jurídicas</i>	1.924.395	1.614.853	
DOAÇÕES RECEBIDAS EM BENS E SERVIÇOS	50.524	91.433	
<i>Metalúrgica Ventisilva Ltda.</i>	399	-	
<i>Super Mercado Zona Sul S.A.</i>	50.125	-	
<i>IBM Brasil Ind. Maq. Serv. Ltda</i>	-	80.674	
<i>Guimar Engenharia Ltda</i>	-	390	
<i>Simpres Comércio S/A</i>	-	10.369	
(-) CUSTOS	135.560	185.579	
CUSTOS DOS PROJETOS ESPECÍFICOS (Nota 10)	150	95.520	
<i>PM do RJ - Secr Mun de Desenv Social</i>	150	95.520	
CUSTOS PROJETOS DESPERT E DESENV TALENTOS	135.410	90.059	
(=) RESULTADO BRUTO	1.871.030	- 1.853.825	
(-) GASTOS ADMINISTRATIVOS	1.839.551	1.821.652	
PESSOAL	1.260.873	1.249.183	
<i>Salários</i>	771.211	744.732	
<i>Férias e 13º Salário</i>	150.305	178.802	
<i>Encargos Sociais</i>	72.304	118.380	
<i>Benefícios Sociais</i>	208.633	170.455	
<i>Estagiários</i>	51.000	33.446	
<i>Cursos e Treinamento</i>	3.997	886	
<i>Outras Despesas com Pessoal</i>	3.423	2.482	
GASTOS GERAIS	517.282	527.666	
<i>Aluguéis</i>	328.500	370.692	
<i>Conservação</i>	46.599	38.345	
<i>Força, Luz, Gás e Água</i>	41.051	33.533	
<i>Impostos e Taxas</i>	39.672	36.483	
<i>Telefone</i>	9.601	11.520	
<i>Associações e Sindicatos</i>	170	1.850	
<i>Serviços de Terceiros</i>	12.462	6.539	
<i>Despesas Legais</i>	1.874	5.119	
<i>Mat. de Escritório e Processamento de Dados</i>	289	903	
<i>Seguros</i>	1.827	1.460	
<i>Eventos Institucionais, Representação</i>	2.070	65	
<i>Impressos e Publicações</i>	18.471	9.600	
<i>Outras Despesas Gerais</i>	14.696	11.557	
OUTRAS DESPESAS	61.396	44.803	
<i>Depreciações e Amortizações</i>	50.838	34.431	
<i>Pis sobre Folha de Pagamento</i>	9.151	8.891	
<i>Outros Tributos e Contribuições</i>	1.015	1.089	
<i>Encargos Financeiros</i>	392	392	
(+) OUTRAS RECEITAS	-	315	
<i>Descontos Obtidos</i>	-	315	
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	31.479	32.488	

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Marcio Vieira
 Marcio Vieira

Diretor Vice Presidente
 RG 1.824.740 - IFP
 CPF: 206.577.907-10

Eldo Menezes de Almeida
 Eldo Menezes de Almeida

Contador
 CRC-RJ 59516/O-9
 CPF: 733.790.777-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$ 1,00)		
	31/12/2017	31/12/2016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SALDO ANTERIOR	115.753	83.265
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	31.479	32.488
SALDO ATUAL	147.232	115.753

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis


Marcio Vieira
Diretor Vice Presidente
RG 1.824.740 - IFP
CPF: 206.577.907-10


Eldo Menezes de Almeida
Contador
CRC-RJ 59516/O-9
CPF: 733.790.777-04

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS	(EM R\$ 1,00)	
	31/12/2017	31/12/2016
Superávit (Déficit) do Exercício	31.479	32.488
Ajuste das Reconciliações das Atividades Operacionais		
Líquidas Entre Resultado e Caixa:		
Depreciação	50.838	34.431
Diminuição (Aumento) em Ativos:		
Contas a Receber - Outras	7.890	(8.150)
	7.890	(8.150)
Aumento (Diminuição) em Passivos:		
Fornecedores	4.442	(523)
Provisão de Férias e 13º Salário	(9.545)	19.500
Outras Contas a Pagar	(3.067)	(3.558)
Impostos a Recolher	(1.744)	1.521
	(9.914)	16.940
Geração Líquida Operacional	80.293	75.709
FLUXO DE CAIXA - Em R\$		
Adições de Imobilizado	(9.632)	(88.435)
Líquido de Caixa Investido em Ativos	(9.632)	(88.435)
Aumento/(Diminuição) Líquido Equivalente de Caixa	70.661	(12.726)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	83.451	96.177
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	154.112	83.451
Aumento/(Diminuição) Líquido Equivalente de Caixa	70.661	(12.726)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis


 Marcio Vieira

Diretor Vice Presidente
 RG 1.824.740 - IFP
 CPF: 206.577.907-10


 Eldo Menezes de Almeida

Contador
 CRC-RJ 59516/O-9
 CPF: 733.790.777-04



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

I - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA (1) Natureza e Objetivos Sociais

O Instituto Rogerio Steinberg é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educativo e assistencial, que realiza atendimento social sem discriminação de etnia, raça, gênero, classe social, orientação política, sexual e religiosa, bem como a portadores de deficiência. Visando estimular, coordenar e aperfeiçoar serviços voluntários em prol do desenvolvimento de crianças e jovens, prioritariamente carentes, tem como objetivos:

I - Oferecer oportunidades de educação e de desenvolvimento pessoal a crianças e jovens carentes de recursos financeiros, possuidores de talentos, potencial e interesse de aprendizado, podendo tais oportunidades serem estendidas a outras crianças e jovens de carências semelhantes, na medida das possibilidades do Instituto, e de outras circunstâncias de interesse social;

II - Manter e desenvolver cursos, seminários, exposições e outros eventos destinados a divulgar matérias e trabalhos de criação relacionados com a finalidade do Instituto;

III - Publicar e patrocinar a edição de livros e periódicos, assim como produzir e patrocinar audiovisuais, de caráter cultural e profissionalizante;

IV - cooperar com entidades já existentes, com iguais propósitos;

V - cooperar com entidades governamentais e privadas existentes no Brasil ou no exterior, visando ao intercâmbio de informações e experiências.

NOTA (1.1) Títulos e Registros

- Utilidade Pública Municipal - Lei nº 3.144/DEC nº 02.493.098 - 05/12/2000
- Utilidade Pública Estadual - Lei nº 3.838/2002 - 04/11/2002
- Utilidade Pública Federal - Portaria nº 463 - 22/04/2003
- Certificado do Conselho Municipal de Assistência Social/RJ - Inscrição 543 - 19/09/2002
- Certificado do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - 22/2002 - 19/11/2002
- Conselho Nacional de Assistência Social - Processo nº 44006.002508/2002-38
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS
- Filiado ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) - 24/08/2000
- Associado ao Conselho Brasileiro para a Superdotação (ConBraSD) - 03/11/2004



NOTA (1.2) Continuidade Operacional

O IRS tem como meta continuar com suas atividades operacionais, ou seja, não sofrerá solução de continuidade conforme evidenciado em seu patrimônio social desde 1988.

NOTA (1.3) Distorções Relevantes

A Governança corporativa, formada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo do IRS, é responsável por definir estratégias, tomar decisões e monitorar o relacionamento de seus prestadores de serviços, doações e com os beneficiários e colaboradores, assegurando uma geração de valor perene e condições de desenvolvimento contínuo para a Instituição, tomando-se assim todas as medidas necessárias para evitar distorções relevantes em suas demonstrações contábeis, quer as ocasionadas por erros ou riscos de fraude.

Nota (1.4) Prestação de Serviços dos Auditores Independentes

A Binah Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria do instituto a partir de 2017 sendo seus trabalhos pro bono, sendo submetidos aos procedimentos-padrão para aceitação de clientes, e desenvolvidos com a mesma metodologia, qualidade e independência oferecida aos clientes pagantes.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA (2)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, com as normas previstas na Lei 6.404/76, na Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG/2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, Resolução CFC 1.255/2009 – NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e demais disposições legais pertinentes.

III - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA (3) Regime de Escrituração

A entidade adota o regime de competência dos exercícios para registro de suas operações.

NOTA (4) Serviço Voluntário

Apesar de receber e fornecer serviço voluntariado a entidade não os vem contabilizando como preconizado pela ITG 2002 (R1).

Seguem abaixo os valores do trabalho voluntário recebidos em 2017 e 2016.



Doações Recebidas	2017	2016
a) De Pessoas Físicas	R\$ 21.528,20	R\$ 18.937,80
b) De Pessoas Jurídicas	R\$ 217.351,07	R\$ 201.737,78
Totais	R\$ 238.879,27	R\$ 220.675,58

NOTA (5) Receitas e Despesas

As receitas da entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento como avisos bancários, recibos e outros. São consideradas realizadas no efetivo recebimento das doações. As despesas da entidade são contabilizadas mediante notas fiscais e recibos, em conformidade com as exigências legais. São consideradas realizadas no momento de sua ocorrência.

NOTA (6) Custos dos Projetos Específicos

Neste grupo não estão inclusos os gastos com pessoal, os quais estão registrados em linhas específicas.

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

NOTA (7) Doações recebidas pela entidade para consecução de suas atividades.

Doações Recebidas em Recursos Materiais	2017	2016
a) De Pessoas Físicas	R\$ 31.671,00	R\$ 73.918,00
b) De Pessoas Jurídicas	R\$ 1.974.919,00	R\$ 1.706.286,00
c) De Órgãos Públicos	R\$ 0,00	R\$ 259.200,00
Totais	R\$ 2.006.590,00	R\$ 2.039.404,00

NOTA (8) Recursos Ingressos na Instituição

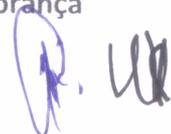
Os recursos da entidade foram integralmente aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA (9) Gratuidades

As gratuidades oferecidas pela entidade estão consubstanciadas nos gastos incorridos para consecução de seus objetivos institucionais, registrados em contas de Custos e Despesas, conforme discriminação.

NOTA (9.1) Gratuidade do Atendimento

O atendimento oferecido pelo IRS é 100 % gratuito, não havendo qualquer tipo de cobrança financeira ao seu público assistido.



**NOTA (10) Isenção Tributária**

Tendo em vista a sua finalidade, e de acordo com as disposições da Legislação Tributária, a entidade está isenta do pagamento do Imposto de Renda e das Contribuições Sociais. Entretanto, caso tal isenção não existisse, estaria sujeita ao pagamento dos valores relativos aos seguintes tributos:

Isenção Fiscal	2017	2016
a) Imposto de Renda PJ	4.721,85	4.873,20
b) CSLL	2.833,11	2.923,92
c) Cofins	60.197,70	61.182,12
d) Cota Patronal + SAT + Terceiros	231.044,40	231.189,08
Isenção Fiscal Total	298.797,06	300.168,32

NOTA (11) Créditos a Receber de Ações Judiciais

O IRS dispõe de ação ajuizada contra o INSS, para a recuperação de Contribuição Patronal destinada à Seguridade Social paga sobre remuneração a Autônomos, de 2001 a 2011, com efetiva chance de êxito.

O valor da restituição, atualizado pela variação da Selic até 31 de dezembro de 2017, soma R\$ 1.042.291,76 (hum milhão, quarenta e dois mil, duzentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos)

Sobre o montante a ser restituído, incidem honorários advocatícios contratados à proporção de 10%, perfazendo a quantia de R\$ 104.229,18 (cento e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e dezoito centavos).

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2017.



Marcio Vieira
Diretor Vice Presidente
RG 1.824.740 - IFP
CPF: 206.577.907-10



Eldo Menezes de Almeida
Contador
CRC – RJ 59516/O-9
CPF: 733.790.777-04